

SORORIDADE EM PAUTA:
a voz e a vez de magistradas por uma sociedade mais igualitária

Patrícia Maeda¹

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.
Rosa Luxemburgo*

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o quanto a existência de um espaço seguro e acolhedor para magistradas expressarem pensamento pode contribuir na redução da desigualdade de gênero na magistratura (e na sociedade). Analisaremos a representatividade feminina no Poder Judiciário e a agência destas magistradas, seus desafios e a potencial contribuição na construção de um sistema de justiça mais democrático ao desafiar a pluralidade e a diversidade.

Mulheres no sistema de justiça

De acordo com dados do IBGE de 2015, as mulheres compõem 52% da população brasileira. São a maioria dos concluintes dos cursos de educação superior (59,6%), sendo que no curso de Direito são 53% dos alunos matriculados. Além disso, as mulheres são 52,6% do total de bacharéis aprovados no exame da OAB, segundo dados de 2010 a 2014 da FGVProjetos.

¹ Doutoranda em Direito do Trabalho (2017) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-Auditora Fiscal do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego (1999-2009). Ex-bolsista do *Programme des futurs leaders dans les Amériques* (PFLA), sob a co-orientação do Professor Titular Angelo Soares, da Université du Québec à Montréal (UQAM). Integrante do Grupo de Pesquisas Capital e Trabalho - GPTC/USP. Juíza do Trabalho Substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (2009-atual) e Presidenta da Associação dos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - AMATRA15 (2018-2019).

A participação das mulheres na magistratura nacional tem aumentado no decorrer dos anos, possivelmente um reflexo do maior nível de escolaridade. Houve a chamada “reversão do hiato de gênero da educação” em 2000, quando as mulheres passam a ser a maioria das pessoas com nível superior. Até 1990, para cada 4 novos magistrados que ingressavam na carreira, apenas uma era mulher (25%). Entre 2001 e 2010, 41% dos ingressantes na magistratura foram mulheres.

O ramo do Poder Judiciário com maior percentual de mulheres na magistratura é a Justiça do Trabalho (47%), seguida pela Justiça Estadual (36%) e a Justiça Federal (32%), conforme dados levantados pelo CNJ em 2018.

Portanto, podemos dizer que há, ainda, um hiato de gênero no ingresso na magistratura, ou seja, uma desigualdade de representação feminina, a despeito do aumento de mulheres bacharéis em direito.

O que é ser mulher magistrada?

Segundo dados do Perfil Sociodemográfico do CNJ (2018), a grande maioria das magistradas concorda com a afirmação “os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”: 86,6% do total. Esta condição só foi conquistada a partir da não identificação do(a) candidato(a) nas provas escritas. Especificamente sobre o concurso para ingresso na magistratura no TJSP, escreveu BONELLI (2011):

Antes de 1996, os candidatos eram identificados pelo nome nos exames, observando-se então uma alta eliminação de nomes femininos. A partir daí, os exames escritos passaram a omitir essa identificação, registrando os candidatos por números de inscrição e a aprovação feminina nessa etapa cresceu. Atualmente, chega ao exame público oral uma proporção maior de mulheres do que de homens, havendo na mesma ocasião uma entrevista com a banca, etapa na qual a vantagem feminina desaparece. Avaliações subjetivas e pouco transparentes sobre a postura profissional desejada seguem existindo e controlando o ingresso na carreira. Este controle é interno, feito pelos desembargadores, os pares profissionais do topo da hierarquia judiciária, onde a predominância masculina permanece impressionante.

No entanto, a desigualdade remanesce nos Tribunais Superiores (STF, STJ, TST, TSE), onde o recrutamento não segue o modelo técnico-burocrático e a presença dos homens é cerca de 4 vezes maior do que a de mulheres, entre os ministros.

Além disso, a progressão na carreira também se dá de forma desigual. A diferença entre a presença de homens e mulheres se amplia, em favor do grupo masculino, na medida em que se progride nas escalas da carreira. Na distribuição dos cargos no primeiro grau de jurisdição, entre juízes substitutos 44% são mulheres e 56%, homens. Dentre os titulares, 39% são mulheres e 61%, homens. No segundo grau de jurisdição (Tribunais) a diferença é ainda mais evidente: dentre os desembargadores, apenas 23% são mulheres e 77%, homens.

Os cargos de direção nos tribunais são a ponta do *iceberg* desta distribuição desigual de poder. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, criado em 1986, está no 18º mandato de presidente, atualmente exercido pela Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, ressaltando que antes dela houve apenas uma outra mulher, a Desembargadora Aposentada Eliana Felipe Toledo.

Na política associativa poucas foram ou são as presidentas de associações nacionais de juízes. Presidiram a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA): Ilce Marques de Carvalho (1989/1991), Maria Helena Mallmann Sulzbach (1995/1997) e Beatriz de Lima Pereira (1997/1999); e a Associação Juízes para Democracia (AJD): Kenarik Boujikian (1999/2001 e 2013/2015), Dora Martins (2007/2009) e Laura Benda (2017/2019). A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) jamais tiveram uma presidenta.²

O reduzido número de mulheres à frente dos Tribunais e das Associações de Magistrados não é apenas um problema formal, mas também um problema para a democracia. A inclusão de mulheres nestes espaços faz com que diferentes perspectivas sejam contempladas. Os processos políticos – caso também do acesso à justiça – ganham com a participação de mulheres, – e também outras minorias, como negros, indígenas, LGBTs, tornando-se mais inclusivos e definitivamente, mais democráticos. A fim de se promover a igualdade de gênero no Poder Judiciário, foi aprovada a Resolução 255, de 04/09/2018, CNJ, que traz em seus “considerandos”:

² A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (AMATRA XV), está no 20º mandato de presidente e dentre os 20, fui a terceira mulher a presidir a associação.

[...] a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores e benefícios no desenvolvimento sustentável pela participação na política, na economia e em diversas áreas de tomada de decisão e que também busca garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública.

A luta por espaços dentro da institucionalidade é importante. Para além de meros dados numéricos, a desigualdade de gênero é um tema central na compreensão das relações sociais, das instituições e das estruturas do estágio atual do capitalismo em que se tem deparado com um movimento de retrocesso no que tange aos direitos sociais, ressaltando que os efeitos desse movimento atingem primeiramente as chamadas minorias sociais, grupos marginalizados independentemente da proporção numérica que ocupam na sociedade, dentre os quais destacamos mulheres, negros e imigrantes. Maiorias demográficas são sub-representadas nos altos cargos no mercado de trabalho como um todo e essa situação não é diferente no Poder Judiciário, como vimos, e em outras esferas de poder e isso contribui para a reprodução das desigualdades.

A sub-representatividade feminina nas esferas de poder influencia a própria representação simbólica da magistrada. De acordo com pesquisa realizada pelo CNJ (2018), 69,8% do total de magistradas identificam reações negativas por ser mulher por parte de outros profissionais do sistema de justiça e 75,3% sentem igualmente por parte dos jurisdicionados.

Ademais, não são desprezíveis os efeitos da própria divisão sexual do trabalho, construída historicamente e que organiza a sociedade capitalista, destinando prioritariamente os homens à esfera pública (atribuída como produtiva) e as mulheres à esfera privada, domiciliar, familiar e, por isso, reconhecida como reprodutiva. Tal divisão se rege por dois princípios – separação e hierarquia – segundo os quais há trabalhos de homens e outros de mulheres e um trabalho de homem vale mais do que um de mulher.

De que modo a divisão social do trabalho atinge as magistradas, considerando que, de certa forma, elas rompem tal divisão, não apenas trabalhando, mas exercendo um cargo de poder? Pensamos que basicamente de duas formas. A primeira diz respeito ao acúmulo de responsabilidades: o trabalho produtivo da judicatura com o trabalho reprodutivo doméstico e de cuidados, pois, em regra, ainda que seja possível delegar tarefas, cabe à mulher magistrada a responsabilidade pelo

bom funcionamento do lar e da família. A segunda forma está relacionada com o princípio da hierarquia. Apesar de ter o mesmo cargo e salário que um outro colega, a experiência da mulher magistrada no exercício da função é marcada por situações de discriminação, tais como: dúvidas levantadas sobre sua capacidade intelectual, interrupções de suas falas, apropriação de suas ideias, julgamento moral de sua aparência e de sua vida sexual, silenciamento de sua voz...

A magistratura é um *locus* masculino, público e de exercício de poder, cujo discurso é pretensamente neutro, impessoal e objetivo. Ser magistrada já é uma oposição a esta ideologia de masculinidade hegemônica, mas ser magistrada que ousa ocupar espaços públicos e falar sobre desigualdades (social, econômica, de gênero ou de raça) é praticamente ser transgressora.

A sororidade nos salvou

Em determinado momento de suas vidas, mais precisamente em 07 de abril de 2016, cinco juízas do trabalho decidiram escrever, num exercício de sororidade, palavra esta até então desconhecida. Os ataques misóginos a uma outra magistrada, à então Presidenta da República e a uma professora universitária levaram-nas a sair de suas zonas de conforto e denunciar a violência de gênero.

O que esses acontecimentos, aparentemente desconexos, têm em comum? Nenhum, provavelmente, teria ocorrido se os sujeitos em questão fossem homens.

De fato, todos os três expõem a virulência psicológica e física a que são submetidas as mulheres, em pleno século XXI, independentemente de serem elas a Chefe do Poder Executivo do País, um membro do Poder Judiciário ou um membro da Academia, o que nada mais é que reflexo de uma sociedade patriarcal que tenta ratificar a hegemonia masculina por meio da submissão da mulher.

O inesperado sucesso da empreita incentivou-as a continuar escrevendo e a agregar outras magistradas para este mesmo ato revolucionário. Em 02 de junho de 2016, surgiu a coluna Sororidade em Pauta! Passamos a formar um grupo de dez juízas estaduais, federais e trabalhistas. “Inquietas, desacomodadas e inconformadas. Em tempos de mulheres invisíveis, decidimos nos unir para ecoar a voz daquelas a quem querem calar.” Foi necessário então dizer o que era sororidade, palavra desconhecida na língua portuguesa e que passaria a fazer parte de nossas vidas como ideia e ação.

Sororidade é uma aliança firmada entre mulheres, baseada na empatia, irmandade e companheirismo. A palavra não existe na língua portuguesa, oficialmente. No dicionário, a que mais se aproxima seria a palavra fraternidade, advinda do termo latino frater (irmãos), a qual, não por coincidência, significa tanto solidariedade de irmãos como harmonia entre os homens. Do termo latino sóror (irmãs), nenhuma palavra tradicionalmente se originou, como se desde a formação da língua portuguesa já houvesse a intenção de naturalizar o fato de que, supostamente, relações harmoniosas e solidárias acontecem apenas entre homens.

Expandimos nossos horizontes de luta. Denunciamos a cultura do estupro, a homofobia travestida de discurso da fé e a naturalização do abandono paternal. Repudiamos ataques misóginos a outra magistrada. Clamamos pelo reconhecimento da atividade da prostituta como trabalho. Invocamos a ancestralidade ameríndia. Libertamo-nos dos rótulos que o patriarcado insiste em colocar nas mulheres livres.

Coexistindo em sororidade, não somos tolhidas e não estamos sozinhas. Juntas, é possível redefinir nosso lugar no mundo e até mesmo a visão do mundo sobre nós. O movimento “Marcha das Vadias”, por exemplo, surgiu no Canadá (lá batizado de *Slutwalk*), em 2011, justamente após um policial ter afirmado, de forma infeliz, que “*as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque*”. A palavra vadia, assim, foi ressignificada pelas mulheres do movimento, que adotaram como lema o mote “*se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias*”.

Mas não há regras estabelecidas para a luta feminista. Podemos apropriar-nos das suas expressões ou combatê-las. Podemos querer ser putas e vadias ou podemos não querer. Podemos marchar, escrever textos, ocupar espaços, vestir o que quisermos e amar sem temer. A decisão é nossa e será tomada em sororidade. O seu olhar sobre nós não nos interessa e só espelha a sua própria pequenez. (10 ago 2016)

Escrevemos sobre o cotidiano da trabalhadora doméstica infantil e o da trabalhadora terceirizada, realidades normalmente invisíveis para operadores do direito (assim como para a elite da sociedade). Denunciamos a discriminação contra a mãe trabalhadora. Revelamos o machismo na composição da cúpula do Poder Executivo e a violência política de ordem sexista.

Pois, como juízas, somos garantidoras e defensoras dos direitos das mulheres e meninas; condenamos, indignadas, todas as formas de violência contra as mulheres, especialmente a violência política de ordem sexista. Pois nós, mulheres e meninas, temos o direito de estarmos onde quisermos, vestindo o que bem entendermos e falando sobre o que nos parecer importante, em casa E na rua, cuidando dos filhos E nos manifestando politicamente em praça pública, onde pudermos contribuir para a construção de um outro mundo, que é possível, sim. Nós compareceremos ao Banquete, acompanhadas por Diotima! (22 jun 2016)

Lutamos pela democracia e denunciamos o golpe parlamentar. Revelamos todas as formas de violência: obstétrica, física, moral, doméstica, assim como o assédio moral e o sexual. Refletimos sobre a educação emancipatória e igualitária.

Discutimos os efeitos da Reforma Previdenciária para as trabalhadoras e enfrentamos o sofisma da igualdade jurídica como fundamento para tal desmonte.

Antes de pressupor igualdade formal entre homens e mulheres, cabe ao Estado prover meios de fomento da igualdade material, sob todas as perspectivas: seja pela educação emancipadora; seja por estabelecer a mesma responsabilidade pela criação dos filhos, com a licença natalidade compartilhável entre pai e mãe; seja por fornecer condições materiais – berçários, creches, lavanderias públicas e restaurantes de baixo custo. Essas são apenas algumas das ações que podem promover a uma redistribuição equitativa do trabalho reprodutivo e que devem preceder a qualquer redução de direitos das mulheres, com o falacioso pretexto de igualdade formal de gênero.

Ao invocar países da OCDE que não fazem distinção de gênero para fins de idade mínima para aposentadoria, o texto se mostra ainda mais perverso. Como é a condição de vida de uma trabalhadora no Canadá, na Dinamarca ou na Finlândia? É possível estabelecer uma comparação justa com a trabalhadora brasileira? Como impor a esta trabalhadora a mesma idade como requisito para a aposentadoria? (05 abr 2017)

Questionamos a criminalização feminina, seu encarceramento massivo por tráfico de drogas e a inobservância das regras vigentes sobre a audiência de custódia. Mostramos a velocidade do movimento ilegítimo de retrocesso de direitos sociais. Defendemos a laicidade do Estado como pressuposto para as liberdades.

Somos muitos, temos diferentes cores, credos e opções sexuais. Cabe ao Estado garantir o exercício da individualidade de cada um dos segmentos sociais, inclusive das minorias, a despeito da opção religiosa dos agentes públicos que ocupam os cargos de poder.

E nós, mulheres, independente de religião ou da falta dela, como forma de reafirmação da nossa sororidade, não podemos enfrentar com naturalidade violações à nossa liberdade de escolha. Que o 21 de janeiro, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e data de falecimento da Mãe Gilda – mulher, negra e praticante de religião de origem africana – nos impulse por um caminho de lutas na busca por avanços sociais. Vamos juntas! (08 fev 2017)

Denunciamos a misoginia e seu nível mais grave: o feminicídio. Refutamos a proteção patriarcal do direito do trabalho às mulheres. Convidamos grandes mulheres para escrever em nosso espaço sororo e acolhedor sobre cotas raciais (Suzane) e o racismo institucional na perspectiva da saúde pública (Amarílis). Lutamos pela dignidade das mulheres em várias situações.

A revista vexatória prova que o sistema penitenciário é pensado e dirigido às camadas pobres, na medida em que reproduz, de maneira cruel, o dia-a-dia de humilhações a que são submetidas, mesmo longe das cadeias. As episódicas e recentes prisões de abastados não desnaturam esse quadro.

É urgente a modificação desse triste quadro, a fim de que os procedimentos de inspeção sejam realizados por aparelhos detectores de metais ou de raio-X, à semelhança do que ocorre nos aeroportos do País. A sempre alegada falta de orçamento não pode se sobrepor à efetivação dos mais básicos direitos da mulher, principalmente porque a revista, do modo como é feita

na atualidade, é flagrantemente ilegal. Inexiste qualquer previsão autorizando método tão invasivo; a permissão legal restringe-se à revista manual, realizada superficialmente sobre a pessoa, sem despi-la, e desde que haja suspeitas de que porte objetos ilícitos, respeitando-se sua dignidade. (25 jan 2017)

Apontamos a desigualdade de gênero no próprio Poder Judiciário. Resgatamos histórias de presas políticas e de outras grandes mulheres como Nise da Silveira, Myra Colby Bradwell, Myrthes Gomes de Campos Antonieta de Barros, Sônia Goulart. Louvamos o protagonismo feminino com entrevistas de mulheres lutadoras por um mundo melhor, como Helena e Silvana, bem como o potencial de transformação da juventude das ocupações. Abraçamo-nos às sororas indígenas em defesa de seus direitos. Pregamos a empatia como resposta ao discurso de ódio. Enaltecemos o papel das mulheres na agroecologia.

Não é por acaso que a *agroecologia* e a *economia solidária* são áreas de destaque na economia feminista, esta baseada na solidariedade, justiça e igualdade. Ambas representam a perspectiva feminina na transformação do modelo socioeconômico, trazendo para dentro do conceito de trabalho não só seu valor monetário de mercado, mas tudo o que é necessário à produção da vida, dos bens e serviços necessários, das relações de afeto e cuidados que tudo, todos e todas precisam na vida. (17 mai 2017)

Resgatamos as histórias de violência contra as mulheres transexuais. Apontamos o machismo os progressistas. Abordamos a importância da representatividade feminina no cinema, além das temáticas de empoderamento feminino e de relações de afeto no trabalho doméstico. Discutimos a alteração da Lei Maria da Penha e ressaltamos a necessidade de participação das mulheres na definição de políticas de proteção. Falamos sobre nós mesmas.

Sim, essa colcha de retalhos que cerzimos a tantas mãos é ancestral, o que explica a própria diversidade da natureza da mulher e o que nos faz seguirmos unidas, apesar de separadas por quilômetros de distância, destruindo velhas premissas, reconstruindo novas formas de afeto e de pensar o mundo, tendo a plena consciência que o ponto de intersecção que nos trouxe até aqui não é o fato de sermos juízas, mas sim mulheres, cada uma com sua luta e que neste espaço se tornou plural, sem perder as peculiaridades que nos definem singularmente. E aqui ousou, como no começo, falar por todas nós, que renovamos o compromisso feito pela Sororidade em Pauta no seu primeiro artigo: Lutar por cada uma e por todas as mulheres. Afinal, como disse Pagu: “*Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o cometeremos sempre.*” Vamos juntas? (14 jun 2017)

Perguntamo-nos sobre a construção do feminino no Poder Judiciário. Falamos sobre a complexidade de decidir quando olhamos para as partes como pessoas reais, respeitando suas histórias, e como a sororidade em ação pode contribuir para solução de conflitos. “Foi a sororidade a prática cooperativa usada como

processo de resolução daquela disputa, única capaz de estimular aquelas mulheres à confiança recíproca, apta a capacitá-las ao diálogo.”

Apresentamos ações do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT 4ª Região e entrevistamos a então Presidenta Desembargadora Beatriz Renck. Revelamos a violência contra a mulher ribeirinha, escondida na lenda do boto. A mercantilização da saúde e a violência obstétrica – também problematizamos. Conversamos com franqueza sobre o “peso” da idade, o quanto é necessário resistir para prosseguir.

Bem, sou uma mulher me aproximando dos 50, já vivi muito do que narrei acima, as linhas do meu rosto contam a minha história. E não pretendo abrir mão do que escrevi. Não vou eu também condenar as mulheres de 50 ao esquecimento, a invisibilidade, tampouco as colocarei como coadjuvantes. Marcarei uma posição pelas minhas companheiras que já viveram os 50, por mim e pelas que virão depois de mim.

Meu texto é um protesto, meu texto é uma fala, que não podemos calar. Não acabamos aos 50. Continuamos vivas. (18 jul 2017)

Buscamos retirar da invisibilidade a condição da mulher encarcerada, gestante ou mãe, e a relação com a feminização da pobreza e refletimos sobre os protocolos internacionais sobre julgar com a perspectiva de gênero. Homenageamos nossas sororas Liéje e Kenarik. Convidamos uma grande especialista para enfrentar a controvertida questão da alienação parental. Compartilhamos a experiência de luta coletiva das trabalhadoras dos castanhais e das lutas solitárias das pescadoras do mundo. Com poesia em prosa, refletimos sobre a escola sem partido. Enaltecemos o ato revolucionário da escrita e denunciemos a apropriação intelectual como expressão do machismo. Pregamos o diálogo desarmado de etiquetagem como forma de melhor comunicação com a sociedade.

Na atividade jurisdicional ou na sua atuação como pessoa humana, as juízas e os juízes, em um Estado Democrático de Direito, podem se colocar no âmbito de visão de mundo daqueles com quem quer dialogar e aderir aos seus símbolos comunicacionais.

Como os pais que honram os filhos quando pequenos e se ajoelham para ficar na linha de visão deles, vendo o mundo sob a sua perspectiva, escolhendo as palavras que eles entendem, para então orientá-los ou dividir com eles suas impressões de vida.

Esse é o espírito. Descer do pedestal! (22 nov 2017)

Aprendemos com Flávia sobre transfeminismo. Contamos histórias como a de Conceição. Ouvimos a história do *Grêmio Lítero Recreativo Cultural Misto Carnavalesco Eu Acho é Pouco* pelas palavras de Luciana. Criticamos a objetificação

dos corpos femininos em letras de canções. Discutimos a tentativa parlamentar de criminalização do aborto e relacionamos os efeitos da tipificação com a perpetuação das precárias condições de trabalho das mulheres negras. Na forma de cordel, dividimos a experiência imersiva no sertão nordestino. Desvelamos o machismo nas ciências e na filosofia. Transformamos o 8 de março em dia de reflexões e não de homenagens. Homenageamos, porém, a pujança de vida de Marielle. Em meio à onda de retrocessos no direito do trabalho, encontramos subsídios para a proteção contra a despedida imotivada. Lamentamos a prisão de Lula. Pesquisamos a influência do patriarcado na jurisprudência trabalhista. Regeneramo-nos, como estrelas do mar, de nossas dores com a escrita e a ação. Encontramos grandes sororos pelo caminho: Tadeu nos fala sobre retirar a máscara da hipermasculinidade e Torres defende a inconstitucionalidade da criminalização do aborto. Dividimos a experiência do poder exercido de forma ColetivA. Desmitificamos a maternidade com muita sororidade. Pensamos o(s)feminismo(s) como epistemologia.

Segundo a epistemologia feminista, conhecer o mundo é pluralizá-lo, perceber as diferenças como amálgamas, sem tentar reduzi-las a algum referencial. Conhecer o mundo é emergir nas diferenças e, a partir delas, perceber o mundo não mais como unidade de sentido, mas como produzido por múltiplas matrizes de entendimento. Conhecer, desde este ponto de vista, não é mais encontrar a representação adequada, mas multiplicar olhares.(28 jun 2018)

A partir de nossas histórias de vida, esperamos abrir precedentes emancipatórios, como a licença parental. Denunciamos os efeitos perversos da contrarreforma trabalhista para as trabalhadoras. Demos boas vindas à tão esperada Vitória! Lina nos dá aula sobre os efeitos do austericídio para as mulheres. Resistimos ao avanço do discurso de ódio e misoginia. Olhamos com Sororidade para as meninas vítimas de incesto.

Lutaremos na nossa vida particular, nas nossas profissões e nas nossas vidas públicas para que a infância que lhes foi roubada não necessariamente signifique o roubo de suas vidas como um todo. Lutaremos, de braços dados, para ressignificar as suas vidas, tornando-as símbolos de uma luta que devemos abraçar e da qual não podemos desistir!

Assim, fica aqui o convite não só para falarmos clara e abertamente sobre o tema do incesto de pai contra filhas, mas também para acolhermos essas meninas-vítimas e construirmos, todos juntos, os seus novos futuros. (02 ago 2018)

Mudamos de casa e recomeçamos. Relacionamos a exploração capitalista com a opressão sexista. Levantamos os paradoxos e desafios da educação numa

sociedade individualista e de consumo. Encaramos os fatos e assumimos responsabilidades pelo triste momento em que Jean partiu.

O tempo de achar graça acabou. Enquanto eles fazem barulho para encobrir o vazio de ideias, na lógica perversa do fascista que acusa o outro de manipulação ideológica quando é ele o manipulador, é preciso insistir na subversão da burrice e no reencontro dos corpos, para além das telas. E é preciso parar de deixar que apenas os mesmos corpos se coloquem na linha de frente, enquanto nós, privilegiados, seguimos escrevendo bonito sobre o que acontece bem longe dos nossos muros. (7 fev 2019)

E o mais recente artigo desafia-nos a lembrar das mulheres cientistas. Enfim, vários são os caminhos para reflexão e atuação e ainda há muito trabalho pela frente. Com sororidade, vamos juntas na construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências bibliográficas

BONELLI, M. D. G. Profissionalismo e gênero nas carreiras jurídicas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2011.

BONELLI, Maria Gloria. Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 46, p. 245-277, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100245&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Perfil Sociodemográfico dos Magistrados. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf>.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

SORORIDADE EM PAUTA. E se fossem um juiz, um presidente e um professor?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/04/07/e-se-fossem-um-juiz-um-presidente-e-um-professor/>.

_____. O que é Sororidade e por que precisamos falar sobre?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/02/o-que-e-sororidade-e-por-que-precisamos-falar-sobre/>.

_____. Mulheres livres também são estupradas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/09/mulheres-livres-tambem-sao-estupradas/>.

_____. 12 de junho de 2016: a naturalização do ódio pelo discurso da fé. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/16/12-de-junho-de-2016-a-naturalizacao-do-odio-pelo-discurso-da-fe/>.

_____. Pintemos o rosto de sangue: a barbárie de ontem não se repetirá amanhã. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/22/pintemos-o-rosto-de-sangue-a-barbarie-de-ontem-nao-se-repetira-amanha/>.

_____. Mães valentes, pais covardes. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/07/13/maes-valentes-pais-covardes/>.

_____. Reconhecimento da atividade da prostituta é caminho para resguardar direitos e assegurar cidadania. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/07/21/reconhecimento-da-atividade-da-prostituta-e-caminho-para-resguardar-direitos-e-assegurar-cidadania/>.

_____. Quem somos as ameríndias?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/04/quem-somos-as-amerindias/>.

_____. Vadia? Eu? O que você faz tem nome e se chama “slutshaming”. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/10/vadia-eu-o-que-voce-faz-tem-nome-e-se-chama-slutshaming/>.

_____. A mão que balança o berço é a da desempregada. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/17/a-mao-que-balanca-o-berco-e-a-da-desempregada/>.

_____. Meu corpo, suas regras?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/31/meu-corpo-suas-regras/>.

_____. Vocês vão se arrepender de levantar a mão para nós. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/11/16/voces-vao-se-arrepender-de-levantar-mao-para-nos/>.

_____. Lutemos pela democracia como mulheres que somos!. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/09/07/lutemos-pela-democracia-como-mulheres-que-somos/>.

_____. A importância de ser feminista no Brasil do golpe. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/12/14/importancia-de-ser-feminista-no-brasil-do-golpe/>.

_____. Mães, pais e “pães” do mundo, sejamos feministas!. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/09/14/maes-pais-e-paes-do-mundo-sejamos-feministas/>.

_____. Meninas invisíveis: o trabalho doméstico infantil não revelado nas estatísticas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/29/meninas-invisiveis-o-trabalho-domestico-infantil-nao-revelado-nas-estatisticas/>.

_____. Reforma da Previdência é mais um capítulo da triste saga da trabalhadora brasileira. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/10/05/reforma-da-previdencia-e-mais-um-capitulo-da-triste-saga-da-trabalhadora-brasileira/>.

_____. Os impactos da reforma previdenciária para as mulheres: o sofisma da igualdade jurídica. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/04/05/os-impactos-da-reforma-previdenciaria-para-as-mulheres-o-sofisma-da-igualdade-juridica/>.

_____. Juízes transgressores, mulheres encarceradas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/09/21/juizes-transgressores-mulheres-encarceradas/>.

_____. O pai de mil medos. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/12/21/o-pai-de-mil-medos/>.

_____. Estado religioso: um desafio à implementação dos direitos sociais. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/08/estado-religioso-um-desafio-implementacao-dos-direitos-sociais/>.

_____. Começar de novo... Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/11/comecar-de-novo/>.

_____. A influência do patriarcado nas leis de proteção ao trabalho da mulher. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/01/as-leis-de-protecao-do-trabalho-da-mulher-e-o-patriarcado/>.

_____. 08 de Março: por que paramos hoje. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/08/08-de-marco-porque-paramos-hoje/>.

_____. Da senzala ao protagonismo: as cotas e a mudança do ponto de partida das mulheres negras. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/24/da-senzala-ao-protagonismo-as-cotas-e-a-mudanca-do-ponto-de-partida-das-mulheres-negras/>.

_____. Histórias de vida e morte de mulheres negras: uma reflexão Sankofa. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/08/02/historias-de-vida-e-morte-de-mulheres-negras-uma-reflexao-sankofa/>.

_____. A quem interessa a revista vexatória?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/25/quem-interessa-revista-vexatoria/>.

_____. Poder Judiciário é retrato da desigualdade de gênero. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/15/poder-judiciario-e-retrato-da-desigualdade-de-genero/>.

_____. Vestir sombras, expandir silhuetas: as mulheres, a ditadura e a cartografia das cidades. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/10/26/vestir-sombras-expandir-silhuetas-as-mulheres-ditadura-e-cartografia-das-cidades/>.

_____. O nascimento de Nise da Silveira: vida é obra inacabada. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/15/o-nascimento-de-nise-da-silveira-vida-e-obra-inacabada/>.

_____. As incríveis histórias de Myrthes Gomes de Campos e Myra Bradwell. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/22/as-incriveis-historias-de-myrthes-gomes-de-campos-e-myra-bradwell/>.

_____. Antonieta de Barros: uma mulher à frente do seu tempo. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/04/antonieta-de-barros-uma-mulher-frente-do-seu-tempo/>.

_____. Sônia Taciana Sanches Goulart: a primeira Juíza do Trabalho do Brasil. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/08/sonia-taciana-sanches-goulart-primeira-juiza-do-trabalho-do-brasil/>.

_____. O machismo nosso de todo dia: assédio sexual e moral no trabalho. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/07/27/o-machismo-nosso-de-todo-dia-assedio-sexual-e-moral-no-trabalho/>.

_____. A ocupação tem a garra da juventude e rosto de mulher. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/11/30/ocupacao-tem-garra-da-juventude-e-rosto-de-mulher/>.

_____. A terceirização tem rosto de mulher. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/11/23/terceirizacao-tem-rosto-de-mulher/>.

_____. Helena Hirata: “a situação da trabalhadora não é nem será fácil nos próximos anos”. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/10/12/helena-hirata-situacao-da-trabalhadora-nao-e-nem-sera-facil-nos-proximos-anos/>.

_____. O Porteiro da Lei e a Resistência Indígena Feminista. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/05/10/o-porteiro-da-lei-e-resistencia-indigena-feminista/>.

_____. A empatia como remédio para a banalização do mal. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/09/28/empatia-como-remedio-para-banalizacao-do-mal/>.

_____. Stonewall Inn Reparos: uma história da luta trans. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/06/28/stonewall-inn-reparos-uma-historia-da-luta-trans/>.

_____. Mulheres na tela: representatividade importa. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/11/09/mulheres-na-tela-representatividade-importa/>.

_____. Meninas maravilhas: trilhando a Sororidade do futuro. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/07/05/meninas-maravilhas-trilhando-sororidade-do-futuro/>.

_____. “Histórias Cruzadas”: a sabedoria das mães negras. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/06/historias-cruzadas-sabedoria-das-maes-negras/>.

_____. Que horas ela volta? Mais um capítulo da saga da trabalhadora brasileira. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/12/06/que-horas-ela-volta-mais-um-capitulo-da-saga-da-trabalhadora-brasileira/>.

_____. Laura e Maria: mulheres-no-mundo. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/01/laura-e-maria-mulheres-no-mundo/>.

_____. Soneto de Sororidade: um ano de coluna no Justificando. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/06/14/soneto-de-sororidade-um-ano-de-coluna-no-justificando/>.

_____. O impossível de julgar e o feminino. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/22/o-impossivel-de-julgar-e-o-feminino/>.

_____. A juíza, as mães e o melhor interesse das meninas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/05/31/juiza-as-maes-e-o-melhor-interesse-das-meninas/>.

_____. Sororidade em construção: uma realidade menos conflituosa para Liz. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/08/30/sororidade-em-construcao-uma-realidade-menos-conflituosa-para-liz/>.

_____. Mercantilização da saúde e violência obstétrica. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/07/26/mercantilizacao-da-saude-e-violencia-obstetrica/>.

_____. Comitê da Diversidade: quando a sororidade amplia a sua pauta. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/07/12/comite-da-diversidade-quando-a-sororidade-amplia-a-sua-pauta/>.

_____. Sororidade em Pauta entrevista: Beatriz Renck. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/03/08/sororidade-em-pauta-entrevista-beatriz-renck/>.

_____. Não foi boto Sinhá: a violência contra a mulher ribeirinha. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/01/nao-foi-boto-sinha-violencia-contra-mulher-ribeirinha/>.

_____. A luta feminina que começa aos 50 anos: resistir para prosseguir. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/07/18/luta-feminina-que-comeca-aos-50-anos-resistir-para-prosseguir/>.

_____. Mesmo que as correntes sejam diferentes, somos todas prisioneiras. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/08/09/mesmo-que-as-correntes-sejam-diferentes-somos-todas-prisioneiras/>.

_____. Juízas e juízes devem conceder prisão domiciliar a presas gestantes ou com filhos pequenos. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/18/juizas-e-juizes-devem-conceder-prisao-domiciliar-presas-gestantes-ou-com-filhos-pequenos/>.

_____. Artesã da vida e dos direitos humanos: Liéje, presente!. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/08/16/artesa-da-vida-e-dos-direitos-humanos-lieje-presente/>.

_____. Kenarik Boujikian, Desembargadora!. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/12/11/kenarik-boujikian-desembargadora/>.

_____. Alienação parental: uma nova forma de violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/08/23/alienacao-parental-uma-nova-forma-de-violencia-contra-mulher/>.

_____. Respeito e luta: um olhar sobre as trabalhadoras dos Castanhais na região do Vale do rio Jari. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/20/respeito-e-luta-um-olhar-sobre-as-trabalhadoras-dos-castanhais-na-regiao-do-vale-do-rio-jari/>.

_____. Pescadoras do mundo: as muitas faces femininas dos trabalhos na Pangea. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/11/pescadoras-do-mundo-as-muitas-faces-femininas-dos-trabalhos-na-pangea/>.

_____. Do Jardim do Éden da escola pública: o currículo confessional de Amapola. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/29/do-jardim-do-eden-da-escola-publica-o-curriculo-confessional-de-amapola/>.

_____. Hi(e)stórias escritas com sangue. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/25/historias-escritas-com-sangue/>.

_____. Meu cérebro, minhas ideias. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/16/meu-cerebro-minhas-ideias/>.

_____. Da etiquetação ao diálogo: um desafio sororo. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/22/da-etiquetacao-ao-dialogo-um-desafio-sororo/>.

_____. Transfeminismo: a pauta que nos ensina ir além do binarismo homem e mulher. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/29/transfeminismo-pauta-que-nos-ensina-ir-alem-do-binarismo-homem-e-mulher/>.

_____. Conceição: mulher negra, pobre e indesejável. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/01/04/conceicao-mulher-negra-pobre-e-indesejavel/>.

_____. Carnaval e política: quando a folia faz rima séria em matéria de gênero. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/01/17/carnaval-e-politica-quando-folia-faz-rima-seria-em-materia-de-genero>.

_____. A sua suruba de leve e a minha liberdade. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/01/31/sua-suruba-de-leve-e-minha-liberdade/>.

_____. Por que ainda estamos discutindo a possibilidade de aborto em 2018?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/02/16/por-que-ainda-estamos-discutindo-a-possibilidade-de-aborto-em-2018>.

_____. Proibição do aborto e desvalorização do trabalho feminino. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/02/09/proibicao-do-aborto-desvalorizacao-do-trabalho-feminino>.

_____. SerTão. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/02/21/sertao>.

_____. A filosofia e a ciência também legitimam a desigualdade de gênero. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/02/28/filosofia-e-ciencia-tambem-legitimam-desigualdade-de-genero>.

_____. 8 de março em uma sala de audiência. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/03/08/8-de-marco-em-uma-sala-de-audiencia>.

_____. Os povos, as lutas e as primaveras: Marielle, presente. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/03/23/os-povos-as-lutas-e-as-primaveras-marielle-presente>.

_____. Proteção contra a despedida: uma medida que protege as trabalhadoras brasileiras. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/04/05/protecao-contr-a-despedida-uma-medida-que-protege-as-trabalhadoras-brasileiras>.

_____. Carta aberta ao Presidente Lula. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/04/11/carta-aberta-ao-presidente-lula-2>.

_____. Trabalho da mulher sob o olhar da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/05/23/trabalho-da-mulher-sob-o-olhar-da-justica-do-trabalho>.

_____. Marielle Franco: presente num mar de estrelas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/05/30/marielle-franco-presente-num-mar-de-estrelas>.

_____. Homens, vocês têm medo de quê?. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/06/06/homens-voces-tem-medo-de-que>.

_____. “A criminalização do aborto é incompatível com a garantia de assistência plena à saúde e à vida das mulheres”. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/10/a-criminalizacao-do-aborto-e-incompativel-com-a-garantia-de-assistencia-plena-a-saude-e-a-vida-das-mulheres>.

_____. Uma experiência coletiva. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/06/14/uma-experiencia-coletiva>.

_____. A maternidade dilacera. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/06/20/a-maternidade-dilacera>.

_____. O feminismo como epistemologia da diferença. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/06/28/o-feminismo-como-epistemologia-da-diferenca>.

_____. O Solar do Amor: nascer mulher, parir-se mãe e irmanar-se na parentalidade. Disponível em: http://www.justificando.com/2018/07/04/o-solar-do-amor-nascer-mulher-parir-se-mae-e-irmanar-se-na-parentalidade/#_ftn.

_____. A contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/07/12/a-contrarreforma-na-perspectiva-da-mulher-trabalhadora-quando-reformar-significa-precarizar>.

_____. Uma Vitória de todas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/07/18/uma-vitoria-de-todas>.

_____. Uma leitura feminista do austericídio. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/09/04/uma-leitura-feminista-do-austericidio>.

_____. A filosofia e a ciência também legitimam a desigualdade de gênero. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/11/07/politica-substantivo-feminino>.

_____. O tabu do incesto e as inúmeras revitimizações de suas meninas. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/02/o-tabu-do-incesto-e-as-inumeras-revitimizacoes-de-suas-meninas>.

_____. Muito prazer! Nós somos as Sororas e viemos falar de Sororidade!. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/muito-prazer-nos-somos-as-sororas-e-viemos-falar-de-sororidade>.

_____. Existe feminismo sem luta de classes?. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/existe-feminismo-sem-luta-de-classes>.

_____. Os paradoxos de ser mãe em um mundo capitalista. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/os-paradoxos-de-ser-mae-em-um-mundo-capitalista>.

_____. A hora e a vez de se responsabilizar pelo momento político e resistir. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinio/a-hora-e-a-vez-de-se-responsabilizar-pelo-momento-politico-e-resistir/>.

_____. Quantas mulheres cientistas você conhece?. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/quantas-mulheres-cientistas-voce-conhece/>.